

**ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS QUILOMBOLAS: UMA PEDAGOGIA
DIFERENCIADA
LITERACY IN QUILOMBOLA SCHOOLS: A DIFFERENTIATED
PEDAGOGY**

Samanta Soares Santana¹

Universidade Federal do Tocantins

Neila Nunes de Souza²

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise reflexiva sobre os princípios da educação escolar quilombola inserida no contexto do ensino regular, abordando os obstáculos, restrições e oportunidades envolvidos. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica; isso cria uma discussão central em torno de três temas: educação diferenciada, identidade e desafios rumo à implementação da educação escolar quilombola. Os conceitos de educação diferenciada nos artigos analisados se assemelham ao ensino contextualizado que proporciona adaptação curricular. Concluímos que o volume de produção analisado ainda se mantém. Apresentando a primeira onda de vozes clamando pela educação quilombola como meio de Educação. É necessário lançar uma segunda vaga de investigação e avaliação. Realizando experiências escolares quilombolas em diversas situações e regiões, e resolver problemas específicos relativos aos aspectos educacionais e financeiros da alfabetização Quilombola.

Palavras-chave: Alfabetização; Desafios; Pedagogia; Possibilidades; Quilombola.

Abstract: The present work aims to carry out a reflective analysis on the principles of quilombola school education inserted in the context of regular education, addressing the obstacles, restrictions and opportunities involved. The methodology used was a bibliographic review; This creates a central discussion around three themes: differentiated education, identity and challenges towards the implementation of quilombola school education. The concepts of differentiated education in the articles analyzed are similar to contextualized teaching that provides curricular adaptation. We conclude that the analyzed production volume is still maintained. Presenting the first wave of voices calling for quilombola education as a means of Education. It is necessary to launch a second wave of research and evaluation. Carrying out quilombola school experiences in different situations and regions, and solving specific problems relating to the educational and financial aspects of Quilombola literacy.

Key-words: Literacy; Challenges; Pedagogy; Possibilities; Quilombola.

Recebido em 03 de agosto de 2023.

Aprovado em 20 de dezembro de 2023.

¹ Acadêmica do Curso de Letras Português da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: samantasoares19@gmail.com

² Professora do Curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins.

Introdução

Este artigo descreve a importância dos princípios e valores da formação quilombola. Quando se fala em Alfabetização, lembra-se dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição a todos os cidadãos e ainda, no papel exercido pelo Estado como garantidor dos direitos humanos, formaram uma distração para os movimentos liberais do século XVIII.

Apesar de toda a conjuntura histórica de evolução dos direitos fundamentais, há, no caso do Brasil, grandes lacunas, que causam grande desigualdades nos acessos aos direitos sociais, dentre eles, a educação, o que, de acordo com Carvalho (2017, p.17), implicou prejuízos para a condição, direitos e deveres do cidadão.

Desde a publicação em 1948 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e em 1968 da Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, tem-se buscado concretizar ideologias que confirmem o direito fundamental à igualdade e o acesso à educação como forma de eliminação do preconceito e de se assegurar a compreensão e o respeito pela dignidade da pessoa humana.

O acesso à educação como direito essencial na legislação nacional passou por várias fases no Brasil, desde o período em que a população negra era proibida de estudar, ao contexto pós-Constituição Federal de 1988, que impulsionou políticas que procuraram suprimir todas as configurações de discriminação (BRASIL, 1988, s.p.)

A educação destinada aos povos tradicionais do campo e às comunidades quilombolas no nosso país têm sido negada desde a época do Brasil Colônia, passando pelo Império e a República. Ao longo da história, em termos legais, o Estado tem adotado uma postura ativa e permissiva em relação à discriminação e ao racismo que afetam a população afrodescendente até os dias atuais.

A proposta da Educação Escolar Quilombola é seguir um currículo político construído com e para os quilombolas, com base nos conhecimentos e no respeito às suas raízes culturais. Trata-se de uma educação diferenciada, na qual se trabalha a realidade de acordo com a história de luta e resistência desses povos, assim como com seus valores civilizacionais. A Educação Escolar Quilombola se baseia na vivência e na organização.

O Estado do Tocantins, unidade mais nova da federação, criado pelo art. 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tem em sua formação histórica a contribuição de povos negros, tendo muitos escravos em diversas regiões. Atualmente

conta com o registro de cerca de 44 (quarenta e quatro) comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos, as quais estão distribuídas por diversos municípios do Estado, que possuem história peculiar que foge ao estereótipo de formação dos quilombos por escravos fugitivos e rebeldes (AMARAL, 2017, p.6).

As particularidades típicas aplicáveis às comunidades quilombolas causam-lhes uma condição de impedimento quando se menciona o acesso aos direitos fundamentais, notadamente a educação. Em geral, as comunidades se encontram em zonas rurais, com acessibilidade prejudicada e o processo educacional, que deve procurar proporcionar uma contextualização com sua cultura, modos de ser e expressões religiosas, muitas vezes não atende a essas especificidades.

Com a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, que se deu no ano de 2012, data relativamente recente, torna-se pertinente lançar um olhar sobre a capilaridade e implementação dos seus objetivos e princípios nas comunidades localizadas nos rincões do país (BRASI, 2012, s.p). As orientações ainda sugerem que o projeto político-pedagógico (PPP) e o currículo escolar levem em conta as particularidades da comunidade onde a escola está situada, além disso, é recomendado que a contratação de gestores, professores e profissionais de apoio escolar sejam, preferencialmente, integrantes das comunidades quilombolas.

Para melhor compreender essa temática que pode ter grandes impactos na vida da criança, foi realizada uma revisão sistemática convoca o núcleo do debate a partir de três questões-chave: educação diferenciada, identidade e desafios para a implementação da educação escolar quilombola, conforme discutido por diversos autores, tais como Monteiro e Reis (2019), Maroun (2016), Carril (2017), Santos e Silva (2016), entre outros.

A justificativa deste tema pode ser percebida no fato de que no âmbito da política pública educacional, constitui um objeto de pesquisa acadêmica relevante, tanto para analisar essa categoria de experiência de educação distinta quanto para ponderar sobre os limites da política e da legislação em relação a essa forma de educação. O campo educacional expandiu-se e deu origem a diferentes experiências em escolas e comunidades conhecidas como quilombolas, o que nos permite afirmar que a literatura acumulada representa um valioso material sobre a experiência Alfabetização Quilombola, ao mesmo tempo em que revela os obstáculos, dilemas e capacidades dessa política

pública.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho é fazer uma revisão bibliográfica baseada em revistas científicas relacionadas à área da educação, analisar a produção acadêmica da educação escolar quilombola e, portanto, conhecer os desafios e oportunidades da alfabetização nessa comunidade em conformidade com Diretrizes Curriculares dos Conselhos Nacionais de Educação Escolar Quilombola.

Como objetivos específicos temos, apresentar os livros paradigmáticos: instrumentos de identidade e pertencimento étnico da educação quilombola, que podem incluir os efeitos de história, da memória, das ideologias, ou seja, do objeto na sua totalidade e, identificar as principais dificuldades de aliar a educação com as diretrizes para a educação quilombola.

1 A Educação Quilombola nas Diretrizes Curriculares Nacionais: sinais de resistência e reconhecimento.

O ensino quilombola continua se forjando em um contexto de invisibilidade população quilombola, mas alimenta a luta e a resistência de quem a procura para compreender a sua estrutura é necessário para navegar no quadro jurídico que o constitui. Silva (2021) explica que as comunidades quilombolas foram identificadas apenas formalizado pela Constituição Federal de 1988; no entanto, os processos de batalha começaram desde os tempos coloniais.

O artigo 205 da Constituição de 1988 declara a educação “um direito de todos”. Este dispositivo reflete os princípios e bases, a primeira delas é “igualdade de condições de ingresso e permanência na escola” (BRASIL, 1988), o que faz pensar que a desigualdade surge quando tal princípio é apresentado, fortalecer as condições de ingresso e permanência em ambientes escolares questiona a eficácia deste princípio na história da gestão populacional quilombola.

Os mandatos constitucionais definem claramente quem é responsável pela educação e atribuem responsabilidades comuns ao Estado e à família. Também expressa a amplitude da lei, indicando que ela se aplica a todos incondicionalmente.

O acesso à educação como direito social fundamental compõe junto com outros direitos fundamentais o arcabouço estrutural para exercício dos direitos humanos e da cidadania, serve como fundamento do posicionamento do indivíduo na sociedade,

fornecendo elementos de compreensão do seu papel como sujeito de direitos e deveres e das potencialidades sociais e econômicas.

Pesquisas públicas, acadêmicas e de movimento têm enfatizado que a educação brasileira tem sido historicamente um ambiente em que as desigualdades sociais e raciais permanecem profundamente enraizadas e que é necessário superar as desigualdades educacionais. É necessária uma ação pública por parte do Estado. “[...] criar oportunidades iguais de sucesso acadêmico para todos os alunos, independentemente do grupo social ou étnico/racial [...]” (GADELHA, 2014 p. 50) e, assim, reconhecer a importância da educação que desempenham. O Estado desempenha um papel importante no processo de produção de conhecimento e contribui para o desenvolvimento intelectual, social e político.

Nesse sentido, elementos de construção da igualdade e da justiça racial como meio de mobilidade social serão discutidos entre representantes de movimentos sociais, comunidades remanescentes quilombolas, educadores, pesquisadores e governo federal. O direito a uma educação bem preparada está sendo debatido e a interação é incentivada e promovida. É um tema preocupado com a história e a cultura dos povos africanos e que levou à aprovação de políticas públicas e instrumentos legais que regem a escolarização quilombola no sistema educacional.

Portanto, para fortalecer essa formação, é necessário compreender as diretrizes estabelecidas nos documentos legais., Lei nº 10.639, de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o currículo e a educação nacional, inclusive o ensino obrigatório de história e cultura afro-brasileira, conforme previsto no artigo 26A. Estabelecer diretrizes e fundamentos §1º:

Inclui a história da África e dos povos africanos, as lutas dos negros no Brasil, o estudo dos negros na formação da cultura negra e da sociedade nacional no Brasil, e a reparação das contribuições negras em campos sociais, econômicos e políticos relacionados com a História do Brasil (BRASIL, 2003, s.p.).

As escolas, portanto, não podem mais reproduzir uma educação hegemônica que as torne invisíveis. Precisamos estudar a história dos negros no Brasil, mas também precisamos desenvolver estratégias para (re) incluir essa história. Outro avanço nesse campo foi a aprovação da Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, que institui o Plano Curricular Nacional da Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, cujo

objetivo é o disposto na seção.

II - Orientar o processo de construção de instrumentos normativos do sistema educacional voltados à garantia da educação escolar quilombola nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, levando em consideração suas particularidades;

III – As escolas quilombolas e as escolas que atendem alunos da região quilombola levam em consideração as práticas socioculturais, políticas e econômicas da comunidade quilombola, bem como os processos de ensino-aprendizagem, formas de produção e conhecimento técnico singulares da região quilombola (BRASIL,2012, s.p).

Portanto, reconhecemos que a educação quilombola promove o fortalecimento e o reconhecimento da identidade, memória e cultura negra. E esta questão deve ser abordada através de políticas educacionais e de políticas públicas que reconheçam a contribuição dos negros para a sociedade brasileira. A escolarização quilombola pratica um modelo educacional que leva em conta e legitima a história e a cultura local, o estilo de vida e as exigências políticas por meio de práticas educativas e estabelece “a relação entre o conhecimento ancestral das origens africanas e a educação quilombola”. Cria identidades e relações de poder, e também está ligada a ideias de democratização e mudança social (SOUZA, 2015, p. 49)

É importante ressaltar que a luta por reconhecimento e direitos é uma luta compartilhada entre o movimento negro, as instituições de ensino, o Estado e a sociedade, pois precisam trabalhar juntos para praticar a educação quilombola.

Para entender melhor os livros didáticos da Escola Quilombola, é preciso entender a Escola Quilombola e a Escola Quilombola (EEQ). Isso porque esses dois conceitos estão intimamente relacionados quando se trata das práticas educativas do povo quilombola.

A educação quilombola refere-se ao que acontece dentro de uma comunidade e é transmitida principalmente de forma oral e através da memória coletiva. É uma forma de construção comunitária que ocorre fora do sistema escolar e visa fortalecer os processos histórico-culturais e quebrar culturas de silêncio e opressão (BATISTA, 2015). A Educação Quilombola baseia-se no conceito de educação de massa, que busca não apenas a consciência crítica, mas também a consciência solidária que visa transformar a sociedade em uma sociedade mais justa e solidária (HURTADO, 2019).

Outra iniciativa importante foi a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), que foi implementada em 2012 por

meio da Decisão nº 8 do CNE/CEB. As diretrizes recomendam essa formação porque as escolas quilombolas focam na realidade, na memória, nas línguas residuais, nos repertórios orais, nas tradições e em outros elementos que formam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas. Essa lei é considerada um marco na escolarização quilombola e deve ser entendida como resultado da luta social e não como uma dádiva do Estado. Esta é uma conquista coletiva que é fruto das reivindicações do movimento quilombola e abre caminho para a luta pelo direito a uma educação escolar que atenda às necessidades da comunidade quilombola.

1.1 Livros Paradidáticos: Ferramentas de Identidade e Etnia

Um livro didático tem perspectiva de aprofundar temas e/ou conteúdos trabalhados na escola. Ao contrário do livro didático, que é o mais importante recurso de apoio utilizado pelos professores. O propósito de um livro paradidático é contrastar peculiaridades do desenho didático e a necessidade de aprofundamento temático professores para apoiar o projeto político pedagógico. Os livros didáticos foram baseados no padrão eurocêntrico, onde a história só começa a ser contada após a chegada dos portugueses e tudo o que aconteceu antes disso eles foram ignorados.

Nesse sentido, é comum ter negros nos livros, apenas como escravo, pobre e ignorante. Essa negação e invisibilidade do negro na produção escolar se reflete na literatura infanto-juvenil de formas diferentes:

[...] se não for apresentado em obras literárias; no abaixando sua voz ou, mais frequentemente, a imagem de ou em conexão com um subordinado e uma imagem da pobreza e seu enquadramento em alguma classe ou posição social inferior ao dos brancos (SILVA, 2019, p. 17).

Silva (2019) enfatiza que a presença de pessoas negras nas produções escolares reforça os preconceitos e discriminações sofridas pelas pessoas negras, pois mesmo quando os determinam como personagem principal da história depende dos brancos. Outro aspecto que Adão (2020) diz é importante sobre histórias com personagens negros, muitas vezes escritos por adultos brancos que, de alguma forma, acabam perpetuando estereótipos e status social da classe dominante. Aos poucos, esta realidade começou a mudar. No entanto, ainda não foi definitivamente abordado na literatura educacional e literária.

Campello e Silva (2018) enfatizam que os livros didáticos buscam satisfazer os programas, mas há requisitos que não foram atendidos. Por esta razão, abrange conteúdo menos rígido e serve de suporte para o manual de discussões e que respondem a perspectivas que formam uma maneira diferente de pensar e refletir sobre sociedade, a formação das pessoas e a formação de preconceitos.

Novos desafios surgem da paradidática dos processos de acompanhamento. Os alunos estudarão tópicos que não são abordados em detalhes nos livros didáticos e maiores oportunidades para abordar questões transversais relacionadas à paradidática, contexto social e cultural da comunidade. As origens, características e propósitos que moldam esta proposta cada vez mais popular baseado em conceitos desenvolvidos pelo Dicionário Interativo da Educação Brasileira. As entradas paradidáticas podem ser definidas da seguinte forma:

Livros e materiais utilizados sem fins estritamente educacionais para este fim. O pensamento paradoxal é considerado importante. Use o lado lúdico em vez do lado didático e mantenha assim. Também é eficiente do ponto de vista educacional. Recebeu esse nome porque utiliza materiais tradicionais sem substituí-los (MENEZES, 2001, s/p)

Pesquisas mostram que o termo “paradidático” é considerado um termo tipicamente utilizado pelos brasileiros. De Mello (2014) destaca que o mercado se expandiu na década de 1970 e a Literatura motivada pela Lei 5.692/71 em escola que oferece ensino fundamental. No entanto, esta exigência somente a partir da década de 1990 é que o conhecimento de diferentes áreas foi integrado e as características bem definidas.

Estes são livros temáticos. Isso significa que cada livro normalmente cobre um tópico. O conteúdo geralmente corresponde ao currículo escolar. Há formatação da literatura infantil diferente do livro didático. Na maioria das vezes, o conteúdo é apresentado na forma de histórias. Os interesses educativos prevalecem sobre as intenções estéticas e/ou literárias. São poucas páginas, mas as ilustrações são ricas e coloridas. Apresenta uma variedade de recursos linguísticos. Apresentando cuidado com os gráficos e um novo layout (MELO, 2014, pp. 18-19)

Vale ressaltar que a teoria do paradoxo tem uma estrutura diferente da dos livros didáticos. Eles são tradicionais porque se concentram em explorar temas e trabalhar com a linguagem verbal e não verbal, e agregar a ludicidade como estratégia para engajar os

alunos no processo de aprendizado. Segundo Silva (2020, p. 61), a paradidática “poderá contribuir para o desenvolvimento do gosto pela leitura e pela escrita e discutir temas essenciais à pedagogia crítica do tema.”

As diretrizes enfatizam a importância de incorporar pesquisa de genealogia e estética. Acima de tudo, os quilombolas produziram através do desenvolvimento econômico histórico e político. É importante ressaltar também que a educação quilombola produz crianças quilombolas sabem e têm orgulho de serem quilombolas desde pequenos, aprendem a importância de aceitar a si mesmo e aos seus antepassados, e seja capaz de aceitar a si mesmo.

É muito importante que os professores os estimulem à medida que descobrem as histórias de quem são. Desenvolver conjuntamente a discriminação e as relações étnico-raciais, racismo, preconceito, educação escolar antirracista nas atividades educativas e administrativas escolares.

A Escola Quilombola tem como objetivo manter os alunos dentro da própria comunidade. Para as escolas regulares é necessário abordar tanto a cultura quanto a história quilombola, para todos porque é importante que a diversidade seja considerada nas escolas. A cultura escolar precisa mudar para incluir a diversidade. Apesar das lutas, a regulamentação da escolarização quilombola foi realizada por meio do combate

A escolaridade quilombola permanece fora do sistema devido às reivindicações do movimento negro. Além disso, no campo da educação, o sistema educacional brasileiro é falho, como já foi apontado devido à presença de pessoas negras. Por esse e vários outros motivos, ele é apresentado de forma suprimida nos livros didáticos e, portanto, desvalorizado. Razões pelas quais a educação escolar quilombola não foi introduzida no sistema de ensino. Escolas regulares que podem explicar a trajetória e a importância dos negros no Brasil.

2 Caminhos da Pesquisa

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma revisão de literatura baseada em um estudo exploratório. A pesquisa bibliográfica consiste em “[...] principalmente livros, periódicos, publicações de periódicos e artigos científicos, jornais, boletins informativos, livros, dissertações, teses, materiais cartográficos, Internet, etc.”. Ela é criada a partir de material já publicado [...] (PRODANOV, FREITAS, 2018, p. 54).

Segundo Severino (2017, p. 122), para implementá-lo é preciso seguir o seguinte caminho. São utilizados dados de categorias teóricas já processadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Para tanto, realizamos um estudo sobre o termo “alfabetização, Escolaridade Quilombola e Paradidática”, uma rápida pesquisa no Google Acadêmico, Portal Capes e Scielo identifica o termo “pedagogia privilegiada”. A questão que norteou nossa busca foi: O que diz a literatura acadêmica sobre a alfabetização quilombola entre 2017 e 2023?

Como critérios de seleção, utilizamos artigos que abordassem diretamente a escolarização quilombola em um período temporal definido. Os seguintes artigos foram excluídos: Artigos fora do período e que não estava diretamente relacionado à alfabetização.

Um total de 15 artigos foram auferidos na pesquisa inicial. Na segunda etapa, removemos os textos duplicados e excluímos 05 artigos, restando apenas 10. Na terceira etapa, realizamos a leitura dos resumos dos 10 artigos e observamos os critérios definidos. A partir daí, excluímos três artigos e os processamos analiticamente, restando sete artigos que atenderam aos critérios de inclusão.

3 Resultados e discussão

Para facilitar o entendimento do processo de análise, categorizamos os artigos em três classes que criamos após a leitura do texto completo: identidade e desafios na prática da alfabetização e educação quilombola. Ressaltamos que alguns artigos abrangem múltiplas categorias.

Na categoria Educação Diferenciada, três artigos se destacaram. Os quilombolas são constituídos por diversas formas de organização comunitária e sua formação diferenciada leva em conta as relações locais e comunitárias, os saberes tradicionais e a memória, grupos de origem, produção cultural, política e econômica.

O conceito de educação diferenciada nos artigos analisados se assemelha ao ensino contextualizado que proporciona adaptação curricular. Sobre território, cultura, identidade e características regionais a partir da realidade dos alunos (SILVA, 2022). Segundo Maroun (2016, p. 499), o problema é a educação diferenciada na comunidade Quilombola é utilizado em pesquisas acadêmicas sem “apoiá-lo em conceitos comuns”.

Monteiro e Reis (2019, p. 16) descrevem os esforços da comunidade Machadinha

nesse sentido, trabalhando com escolas locais para incorporar Jongo Mirim nas atividades escolares. Os autores acreditam que esse trabalho educativo com Jongo os ajudará a compreender a história do quilombo e contribuirá para “combater e dismantelar o racismo nas escolas”.

Apesar do potencial de coesão educacional e social que o Jongo traz às comunidades estudadas, Carril (2017, p. 12) observa que, “no entanto, a realidade das escolas quilombolas ainda parece estar longe do que as diretrizes estabelecem”, denuncia. Ao fazê-lo, apela às escolas para que fortaleçam o diálogo com a comunidade quilombola, preservando as tradições locais e incorporando expressões culturais nas práticas educativas.

Segundo o autor, o objetivo da educação quilombola é quebrar a longa história de marginalização e exclusão étnica e racial que começou com o surgimento da sociedade brasileira. Portanto, experiências educacionais alicerçadas na cultura-alvo proporcionarão narrativas relacionadas a memórias e histórias de vida que poderão influenciar na formação de novas subjetividades para os estudantes dessas áreas. O território e a territorialidade devem ser o ponto de partida para a construção do processo educativo. Por fim, Santos e Silva (2016) colocam valores éticos e políticos no processo educativo, resultando numa mudança não só no currículo escolar, mas sobretudo na cultura escolar.

No que diz respeito à identidade, Monteiro e Reis (2019) destacam que o termo “identidade negra” aparece diversas vezes como um elemento que se confunde com o conceito moderno de quilombo. Os autores afirmam que quando o jongo foi introduzido no currículo, tornou-se uma ferramenta pedagógica de afirmação de identidade para abordar as lutas e a história do quilombo brasileiro, bem como o dismantelamento do racismo. Em suma, argumentam que continua a existir uma resistência significativa nas escolas à valorização das histórias e conhecimentos quilombolas e das expressões culturais de origem africana.

Para Maroun (2016) o Jongo possibilitou o aprendizado e o reconhecimento de linhagens quilombolas, histórias de ancestrais escravizados e arquitetura. A identidade dos remanescentes de quilombos como etnia desta comunidade. A auto identificação como quilombola no município de Santa Rita do Bracuí está relacionada a duas questões: Reconhecimento positivo da identidade quilombola. Afirmary e respeitar as práticas culturais locais. Vale ressaltar neste ponto que o autor reitera que “a escola não tem

contribuição” para formação de identidade.

Carril (2017) também aponta a necessidade de proteção das escolas quilombolas. Reforço identitário (quilombolas e afro-brasileiros), racismo e preconceito. Também pode se manifestar no ambiente escolar. “As escolas não podem mais agir ideologicamente com os alunos, como se todos fossem iguais e reproduzissem um ideal” unindo disciplinas e ao mesmo tempo transmitindo a neutralidade dos conteúdos curriculares” (CARRIL, 2017, p. 551).

O relatório destaca que “escolas, professores e educadores enfrentam desafios”. Explore maneiras de incorporar múltiplas culturas dentro e fora dos muros da escola deles” (CARRIL, 2017, p. 560). Sobre esse tema, a área quilombola a base para a construção da identidade do sujeito quilombola.

Considerando os desafios de implementação, existem questões relacionadas à falta de dados que reflitam a situação das escolas que atendem a população quilombola. O censo escolar carece de dados sobre a residência dos alunos na área quilombola e a presença de escolas na área quilombola que não sejam identificadas como esta modalidade de ensino (CARRIL, 2017).

Outro problema observado são as escolas fora da região quilombola que aceitam alunos quilombolas, mas não utilizam materiais específicos para esse tipo de ensino (MIRANDA, 2022). Embora a certificação de uma escola como quilombola não garanta a implementação das diretrizes, o fato da certificação proporciona acesso a determinadas atividades públicas voltadas a essa modalidade de ensino.

Em termos de infraestruturas, algumas escolas alegadamente têm até duas salas de aula, algumas estão localizadas em templos ou igrejas, e algumas ainda têm salas de aula fornecidas por outras escolas. Esta situação precária é completada quando se descobre que os professores ensinam a partir de casa, embora algumas escolas trabalhem mesmo em armazéns e depósitos de materiais. A esta situação caótica soma-se a falta de esgoto e energia elétrica, bem como a falta de laboratórios de informática e campos esportivos (CARRIL, 2017).

Arroyo (2019) argumenta que o currículo padrão tornou-se uma ferramenta de regulação, conhecimento e prática educativa. Nesse sentido, os movimentos sociais trazem flexibilidade à sociedade. Considere quais conhecimentos, cultura e valores estão incorporados neste modelo universal. Escolas que apresentam currículo desde o conceito

oficial de universalização do ensino. De qualquer forma, não é possível pensar nas peculiaridades dos currículos indígenas, quilombolas e rurais.

O artigo de Arroyo celebra o poder dos movimentos sociais porque eles proporcionam clareza política e reorientam diversas formas de conflito em diferentes esferas sociais. Santos et al. (2019) trazem um panorama da implantação das escolas quilombolas na região Nordeste, este estudo teve como objetivo analisar a disponibilidade de instituições de ensino de base escolar Quilombola a partir dos registros das comunidades remanescentes de Quilombo até mesmo governos locais e estados.

Os temas do quilombo eram cultura, tradição, trabalho, território, tradição oral e memória abordados nos materiais de estudo. Eles concluíram que o sistema educacional estadual brasileiro produziu apenas uma pequena parcela dos materiais didáticos e que o sistema educacional existente ainda estava em sua infância e não existia mais. Também criticam a tendência de homogeneização dos materiais didáticos, mas não o fizeram abordar questões baseadas na diversidade quilombola e na diversidade étnica existente em nosso país. Note-se que este tipo de crítica, levada ao extremo, sugere que cada comunidade deveria ter a sua própria comunidade. Talvez materiais didáticos especiais enraizados nas tradições locais.

Outro problema comum detectado por Soares et al., (2022) é a dificuldade que a escola tem em estabelecer parcerias mais efetivas (diálogos) com a comunidade local e com os movimentos sociais na construção do currículo e na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Quase todas as análises mostram que a infraestrutura escolar apresenta diversos graus de deficiências, falta de saneamento básico, falta de professores qualificados ou escolas sem formação adequada e insumos adequados para a tarefa docente. Acontece que a culpa é da instabilidade. Isso sugere que estamos diante de políticas públicas que proporcionam conscientização, visibilidade e oportunidade. Confirmaram a identidade do povo quilombola, mas ao mesmo tempo não criaram mecanismos de distribuição de recursos para implementar escolas e projetos comunitários para essas pessoas.

Considerações Finais

A literatura sugere que a formação de professores voltada para escolas quilombolas é necessária, uma vez que professores fora da comunidade enfrentam desafios

significativos, entendendo as realidades diferenciadas dos alunos. O objetivo da seleção dos estudos sobre Alfabetização Quilombola foi enumerar e mapear alguns dos elementos-chave dessa modalidade diferenciada elencados pelos pesquisadores da educação; e enfatiza as contradições e confusões entre os aspectos normativos e analíticos.

Esta confusão acabará por minar os grandes desafios que existem na implementação desta política educacional. Pode-se notar que as obras analisadas ainda representam a primeira onda de legitimação deste sujeito e desta modalidade de ensino. Esta segunda vaga de qualificações de produção e investigação destina-se a avaliar experiências escolares em diferentes comunidades para apoiar sua pesquisa e resolver problemas específicos relativos aos aspectos educacionais e financeiros da educação Escolar Quilombola.

Finalmente, o desafio final é pensar em como equilibrar articulação e mediação. Conexões entre saberes e sobre a memória local de populações quilombolas.

Referências

ADÃO, Alessandra Barbosa. Literatura Afro-brasileira Infanto-juvenil: Panorama e Discussão. **Revista Porto das Letras**, Vol. 6, Nº 2. p. 60-78, 2020. Disponível em: Sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/9352. Acesso em: Dez 2023.

AMARAL, G.B. **As territorialidades da juventude na comunidade quilombola Barra de Aroeira, em Santa Tereza do Tocantins – TO**. Dissertação. Porto Nacional -TO, 2017.

ARROYO, M. G. Os movimentos sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, 2019, (55), 47-68. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.39832>

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Educação popular em movimentos sociais: construção coletiva de concepções e práticas educativas emancipatórias. **Anais 28ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, 2015. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 09 de nov. 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 09 de nov. 2023

_____. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir

no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 09 de nov. de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 08 de 20 de novembro de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília: MEC, 2012.

CAMPELLO, Bernadete Santos. SILVA, Eduardo Valadares. Subsídios para esclarecimento do conceito de livro paradidático. **Bibl. Esc. Em R. Ribeirão Preto**, v. 6, n. 1, p. 64-80. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/143430/147738>. Acesso em: dez.2023.

CARRIL, L. F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: O território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, 2017, 22(69), 539-564. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017226927>

CARVALHO, A. Discurso mediático e sociedade: repensar a Análise Crítica do Discurso. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, 2017, 9(1), 13-22.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 05 de nov. 2023.

GADELHA, A. O. **A educação para relações étnicas raciais no ensino médio no mato de Baturité – Ceará.** UNILAB. Redenção – CE 2014. Disponível em <<http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/141/1/Alesson%20de%20Oliveira%20Gadella.pdf>>. Acesso em 05 de nov. 2023

HURTADO, Carlos Núñez. A Educação popular: conceito que se define na práxis. **Educar para transformar, transformar para educar**, 2019. Disponível em <https://www.ifibe.edu.br/arq/201509141742421165209325.pdf>. Acesso em: nov.2023

MAROUN, K. Jongo e educação escolar quilombola: Diálogos no campo do currículo. **Cadernos de Pesquisa**, 2016, 46(160), 484-502. <https://doi.org/10.1590/198053143357>

MELLO, Elizabete Amorim de Almeida. **Livros paradidáticos de Língua Portuguesa para crianças: uma fórmula editorial para o universo escolar.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – FE/Unicamp, Campinas, SP.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete paradidáticos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/paradidaticos/> Acesso em: 22 abr. 2021.

MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: Entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, 2022, 17(50), 369-383. <https://doi.org/10.1590/S141324782022000200007>

MONTEIRO, E., REIS, M. C. G. Patrimônio afro-brasileiro no contexto da educação escolar quilombola. **Educação & Realidade**, 2019, 44(2), Artigo e88369. <https://doi.org/10.1590/2175623688369>

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2018.

SANTOS, E. S., VELLOSO, T. R., NACIF, P. G., SILVA, G. Oferta de escolas de educação escolar quilombola no Nordeste brasileiro. **Educação & Realidade**, 2019, 44(1), Artigo e81346. <https://doi.org/10.1590/2175-623681346>

SANTOS, J. G., SILVA, J. N. D. A influência da cultura local no processo de ensino e aprendizagem de matemática numa comunidade quilombola. **Boletim de Educação Matemática**, 2016, 30(56), 972-991. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4415v30n56a07>

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2017

SILVA, G. M. **Educação como processo de luta política: A experiência de “educação diferenciada “do território quilombola de conceição das crioulas [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].** 2022 Repositório Institucional da Universidade de Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12533>

SILVA, Maria Liliane Santos da. **O fortalecimento da identidade quilombola a partir do livro literário em uma turma multisseriada: um estudo de caso na E. M. Educador Paulo Freire, no quilombo Cruz da Menina-PB.** João Pessoa, 2020. 132 f. : il. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20991/1/MariaLilianeSantosDaSilva_Dissert.pdf. Acesso em: nov. 2023

SILVA, José Bezerra da. **A educação formal afro-quilombola em alagoas: limites e possibilidades de emancipação humana.** Maceió, 2019.

SOARES, D. G., MAROUN, K., SOARES, A. J. G. et al. A construção social de uma escola quilombola: A experiência da Comunidade Caveira, RJ. **Revista Brasileira de Educação**, 2022, 27. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270011>

SOUZA, S. P. **Educação escolar quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular.** 112f. 2015. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2015